



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE

N.º 18 — 2.ª SÉRIE — FEVEREIRO DE 1968 — PREÇO : \$50

O problema do leite Um roubo a que urge pôr termo

O problema do leite é um dos que, mais indignação, levanta no agricultor, sobretudo nas regiões onde ele consiliui um dos seus principais produtos. É um problema que já vem de trás. Porém, não se vê nada no sentido de o resolver de modo favorável ao agricultor (nem, tampouco, ao consumidor). Pelo contrário, a política dos Grémios é no sentido, oposto: por um lado, manter os roubos e arbitrariedades que visam o despojar-lo do valor do seu trabalho, para permitir a terceiros, os mono-ólios e os grandes industriais, amassarem lucros gordos e rápidos e, por outro lado, tomar progressivamente nas suas mãos o exclusivo da recolha do leite para... para, sem quaisquer esforços, realizar, muito facilmente, a dita política.

Alguém está a beber o leite a preço inferior e com melhor qualidade? Não. Se alguma coisa o leite tem a mais é no preço ao consumidor. E assim, produtor e consumidor se vêm roubados para proveito dos que vivem, dos largos factos, proporcionados pelos Grémios e seus compadres industriais.

DO ROUBO DISFARÇADO

AO ROUBO ABERTO E DESCARADO

Um dos processos empregados para o roubo está logo na classificação do leite: além de feita somente pelos funcionários do Grémio, sem que o agricultor tenha qualquer possibilidade de vigiar a rectidão da classificação feita. Assim, aos leites são atribuídas, a quase totalidade das vezes, as qualidades inferiores e, dentro destas, a mais baixa é ainda a que predomina. (Cabeira perguntar: como é que os industriais conseguem apresentar tão bons produtos, segundo a sua propaganda, feitos duma matéria-prima tão ordinária?). Aquelas vezes em que dão ao leite uma qualidade superior é mais em vista de calar a boca ao produtor e de lhe criar a ilusão duma rectidão que não existe. O leite duma mesma vaca, sem que tenha havido qualquer alteração no tratamento e condições do animal, é pago numa quinzena a \$220 para logo a seguir o ser a \$20. Casos destes, em que é useira e vezeira a firma Martins & Rebelo, de Vale do Cambra, repetem-se, ou melhor, são regra nesta região e noutras.

Um outro processo inaceitável é a mistura dos leites dos diferentes produtores antes da classificação, o que, embora não em todas, se verifica em certas regiões. Deste modo, leites de qualidades superiores são desvalorizados ao sofrerem a mistura com leites inferiores. Aqui, o grande beneficiado continua a ser quem adquire o leite e está interessado em baixar-lhe a classificação. Entre os produtores, a haver esta ou aquela vez um ou outro beneficiado, a maioria é prejudicada. Além do mais, isto não é justo, porque não compensa o zelo e o esforço de cada qual.

Se a mistura do leite de produtores diferentes não é feita em todos os lados, já tal não acontece com o

(continua na pág. 4)

BATATA!

Um grito de revolta

Por mais voltas que dê a vida, por mais tratos que dê à imaginação, o produtor de batata, que é duma maneira geral o pequeno proprietário ou renteiro, está cada vez mais pobre, mais endividado, mais desgraçado. Se o ano é mau, o governo importa batata ou autoriza que os negociantes o façam, não apenas na quantidade necessária para completar as exigências do consumo, mas em volumes enormes que provocam o rebaixamento do preço, muitas vezes abaixo do custo de produção. Se o ano é bom e a batata abunda, não tem o governo necessidade de cuidar em obrigar o produtor a vender barato. A própria abundância disso se encarrega, aliviando o governo de tal trabalho. Nisto, como em tudo o mais, o fascismo nada planifica na agricultura. Salvo quando a planificação possa beneficiar os monopólios ou os latifundiários, de que é fiel servidor. É o caso, por exemplo, do parcelamento e do emparcelamento, nas bases em que foi decretado.

Mas voltemos ao problema, da batata e vejamos o que se passa com a última colheita. A produção foi abundante. Os preços baixaram. A situação era (e é) angustiante. O produtor estava (e está) a vendê-la muito abaixo do preço a que, lhe ficou. Os prejuízos são enormes. Lancado o alarme pelo produtor traduzido em protestos e reclamações, a Junta Nacional das Frutas, a mesma que interveio na importação dando bons aos importadores para que estes tenham a batata estrangeira a preço igual ou inferior à nacional, publicou em Setembro último, uma nota dizendo garantir o preço base de \$20, acrescido de \$0,50 todos os meses até atingir \$40, comprometendo-se a comprar toda a que lhe quizessem entregar. Não sendo um negócio chorudo, para o produtor, dava, para não perder e até, talvez, para ficar com uns tostões. Assim seria se a Junta cumprisse o que prometeu. Mas não. A Junta que entregou o assunto aos Grémios da Lavoura, organismos tão desacreditados como a própria Junta, uma, e outros tão desacreditados como todos os organismos corporativos do género, nada cumpre do que prometeu.

Estamos em Fevereiro, 5 meses depois de publicados os preços de garantia. E qual é a situação? O produtor continua com a batata, menos do que a que colheu porque muita dela apodreceu, e vê-se forçado a vendê-la ao desbarato, a todo e qualquer oportunista que, mesmo assim, lhe faça o favor de a comprar, retirar e pagar. Vila Real, Guarda, Viseu, Aveiro, Coimbra, Porto, Bragança e Braga, são os distritos de maior produção, todos do Norte. Em todos eles a situação é a mesma.

(continua na pág. 4)

○ governo brinca com o produtor e o consumidor

○ que se tem estado a passar com a avicultura demonstra bem a incapacidade do governo para resolver os mais elementares problemas da lavoura.

Constitui esta actividade um sector importante da nossa economia agrícola, já porque permite aos pequenos agricultores aumentar as suas receitas, já porque é a fonte de alimentos proteicos mais baratos (carne e ovos) e, portanto, mais acessíveis às camadas trabalhadoras. Por estes dois motivos, porque há que auxiliar a lavoura, mormente a de minifúndio, e porque há que abastecer os mercados consumidores com alimentos de qualidade e a preços compatíveis com o poder de compra das populações, a agricultura não pode continuar a passar por todas as crises de que tem sido vítima.

Em 1965, porque a lavoura tinha perdido nos anos anteriores, criaram-se menos galinhas, o mercado foi mal abastecido e os preços dos ovos subiram demasiado; o governo interveio então, fazendo importações ruinosas e esmagou os preços, não se preocupando com a situação económica dos produtores.

Em 1965, a produção, aumentou naturalmente, o consumo foi abastecido com regularidade e a preços convenientes e a lavoura ganhou.

Em 1967, numa medida demagógica, o Governo promulgou um preço de garantia à produção que, depois, não veio a cumprir, provocando, assim, um fomento desordenado para além das nossas necessidades em ovos e carne de frango. Em consequência desta medida, os preços na produção baixaram desastrosamente e os agricultores que exploram galinhas perderam muito, tendo alguns deles criado dívidas que lhes comprometeram os seus haveres.

Para além dos prejuízos sofridos pela lavoura, o consumo foi abastecido todo o ano com ovos envelhecidos, pondo-se assim, também, em risco a saúde pública, porque o ovo, neste estado, é um alimento altamente perigoso. Tenham-se em conta as notícias vindas a público através da imprensa sobre ovos estragados aparecidos à venda e alguns casos de transtornos digestivos que se verificaram, como o que se deu em Abril com um grupo de rapazes da «Obra do Padre Grilo», em Matosinhos.

Foi grave, portanto, a situação da avicultura em 1967, tanto para a produção como para o consumo. O mesmo não aconteceu, porém, para os funcionários da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, que, transformados em agentes de vendas das fábricas de rações e dos aviários de multiplicações de pintos, engrossaram as suas fontes de receitas, ganhando todos escandalosamente, à custa da ruína dos produtores. A Junta Nacional dos Produtos Pecuários e a Inspeção Geral das Actividades Económicas portaram-se assim criminosamente, especulando com a produção e o consumo, para só cuidarem de arrecadar comissões e gorjetas da indústria complementar da avicultura e do comércio dos ovos e produtos avícolas. É que os preços destes produtos, no consumo, praticamente não desceram e, por outro lado, as rações aumentaram de preços e baixaram de qualidade! Perdemos todos e só eles ganharam.

Evidentemente que esta situação não pode assim continuar e nós temos que nos opor fortemente às manobras especulativas da Junta Nacional dos Produtos Pecuários e da Inspeção Geral das Actividades Económicas. Não podemos permitir que especulem com o consumo e que roubem a produção; não podemos permitir também que a Junta Nacional dos Produtos Pecuários compre ovos com os dinheiros públicos ou que os importe ruinosamente do estrangeiro para os deixar apodrecer, como aconteceu em 1966 e 1967, quando muitos portugueses ainda morrem com fome.

A agricultura tem que se organizar melhor e trabalhar mais ainda para melhor orientar as suas explorações e reivindicar os seus direitos. Tem que se unir para que situações como esta não possam continuar a verificar-se.

A MECANIZAÇÃO FASCISTA

○ ano de 1965 foi marcado na agricultura por uma febre de discursos e declarações oficiais sobre a mecanização e por algumas medidas práticas, embora a léguas de distância dos discursos.

A primeira vista, poderia parecer que se tratava de uma política acertada, pois há muito que se reconhece em todo o mundo a necessidade de mecanizar a agricultura. Porém, para se avaliar se qualquer resolução é justa, há, entre outros, dois aspectos que é absolutamente necessário ter em conta, e que são: saber a quem beneficia e qual o resultado prático que com ela se obtém. Vejamos então o que se passou, por exemplo, nos concelhos de Viana do Castelo e de Caminha. No Relatório da gerência do respectivo Grémio da Lavoura, referente precisamente ao ano de 1965, diz-se a certa altura: «Para cumprimento do despacho de sua Excelência o ministro da Economia e com a finalidade de diminuir as dificuldades de mão-de-obra, foram alguns Grémios dotados de máquinas para executar a ceifa de cereais (...) Ao nosso Grémio foi destinada uma ceifeira atadeira «Laverda MLBR». Vários lavradores puderam beneficiar dos serviços desta máquina, mas a outros não foi possível a sua utilização, apesar de a solicitarem. Deve-se o facto a que, como foi oportunamente comunicado à entidade superior competente, as ceifeiras deste tipo

serem de difícil adaptação à maior parte dos campos desta região minhota, como também de trânsito bastante inseguro pelos caminhos que servem as propriedades rústicas, e isto devido à sua dimensão e fragilidade de estrutura». E, mais adiante, afirma-se: «trabalhou durante 34 horas e 50 minutos para atender 16 agricultores e ceifar as seguintes superfícies: de trigo, 9, 25 ha; de centeio 2, 85 ha; de aveia 1,80 ha.»

Não é difícil concluir que, empatar dezenas de contos com uma máquina para servir durante um ano apenas 16 dos vários milhares de lavradores existentes nos dois concelhos e para ceifar 13, 90 hectares de trigo, centeio e aveia quando havia 746 hectares semeados, no que se ocupou 35 escassas horas (pouco mais de 4 dias de trabalho), não é medida acertada, não é medida que sirva à lavoura.

É certo que a agricultura precisa de ser mecanizada mas a mecanização não é um fim em si. Ela deve visar conseguir uma maior rentabilidade na exploração agrícola. Logo, há que ter em conta variadíssimos aspectos para se obter o resultado desejado, como sejam a área média dos prédios ou do terreno onde seja possível a laboração contínua da máquina, a natureza dos terrenos, as vias de acesso e o espaço de manobra para as máquinas, etc. Há que estudar a planificação para se determinar por que tipo de trabalho deve iniciar-se a mecanização, que operações prévias ou simultâneas há a levar a cabo.

(continua na pág. 4).

Combate à Organização Corporativa da Lavoura

A organização corporativa da lavoura (Grémios, Federações e respectiva Corporação), provou, há já muito tempo, que é totalmente ineficaz para resolver os problemas dos nossos agricultores e está votada ao descrédito, tanto no seio dos agricultores como até dentro das próprias esferas governamentais. Ninguém confia já nesta organização, que dia a dia mais se desacredita.

Porém, porque constitui uma das bases políticas da actual situação, o Ministério das Corporações, num esforço desesperado, tenta ainda salvá-la, mas, paradoxalmente, porque no governo também já não há unidade quanto a ela, tem sustentado ultimamente uma luta dura com o Ministério da Economia. São provas evidentes deste estado de coisas e do desentendimento que cada vez se acentua mais entre os ministros de Salazar, a recente legislação que o Ministério da Economia promulgou sobre a recolha e comercialização do leite e as várias reuniões que se têm efectuado nas Federações dos Grémios da Lavoura da Beira Litoral e de Entre-Douro e Minho.

A organização corporativa da lavoura está a desmoronar-se e os Grémios da Lavoura já não têm força para reprimir totalmente as reivindicações dos agricultores ou para impedir que se organizem livremente para melhor defenderem os seus interesses económicos e sociais. É bem certo que o Governo previu com tempo esta situação e promulgou legislação que obriga as associações de produtores e cooperativas agrícolas a funcionarem anexas aos Grémios da Lavoura, que nomearão um delegado seu para actuar junto dos corpos gerentes destas organizações. Estas precauções, porém, não surtiram o efeito desejado, como bem o provam algumas cooperativas espalhadas já pelo País, que trabalham tenazmente na defesa dos legítimos interesses dos seus associados. A organização corporativa da lavoura é, portanto, uma organização falhada.

Não devemos todavia esquecê-la nem tolerá-la, porque embora ferida de morte, ainda nos pode causar muitos danos à parte do dinheiro que nos custa, pois são os agricultores que a mantêm, pagando compulsivamente para ela cotas e taxas.

Temos pois que combater os Grémios da Lavoura, as suas Federações e a Corporação, usando as armas que melhor nos assegurem da vitória. Uma das maneiras de atingirmos este objectivo, consiste em controlarmos a actividade destes organismos através dos seus conselhos gerais e das suas direcções. Como é sabido, o conselho geral é o órgão soberano dos Grémios da Lavoura, que elege a sua direcção e que, por direito próprio delibera sobre as actividades a emprender e define e controla a acção dos respectivos corpos gerentes. Por lei, cada conselho geral é constituído por 40 procuradores: os 20 maiores contribuintes da sua área, que são procuradores natos e outros 20 procuradores eleitos de 3 em 3 anos. As eleições destes procuradores são, no entanto, sempre feitas camufladamente e, por isso, com pouca afluência de agricultores às secções de votos. Devemos por estas razões manter-nos activos, porque podemos com facilidade ganhar a totalidade dos 20 lugares de procuradores eleitos, escolhendo para eles agricultores honestos e capazes de encabeçar a luta reivindicativa da massa de agricultores que respeita a cada Grémio. Se

assim for, ficaremos em maior a nos conselhos gerais dos Grémios para escolhermos dirigentes válidos, como instrumentos de reivindicação.

Esta é uma tarefa que se nos impõe. Da nossa presença junto dos Grémios da Lavoura e da nossa participação activa nos seus conselhos gerais e nas suas direcções, podemos vir a tirar muitas mais vantagens do que temos obtido com o nosso afastamento. Evidentemente que temos de continuar a luta contra a organização corporativa parasitária e espoliadora, mas a nossa luta será muito mais eficaz se se processar também dentro da própria organização, por forma a atingirmos e a controlarmos os seus corpos gerentes.

Continuemos pois a combater os Grémios da Lavoura, as suas Federações e a respectiva corporação, mas combatamo-las sem nos alastarmos destes organismos. Tentemos antes, também, combater dentro deles.

A crise vinícola no DOURO

Principalmente na região do Douro, dá na vista de toda a gente que o ano de 1966 foi uma miséria em quantidade de vinho. Esperava-se, por isso, que o vinho desse algum dinheiro nesse ano. Mas não deu. Desculpa: — que estavam os estoques cheios e, portanto, que era preciso escoar esses estoques. Vem então o ano de 1967 e continua da mesma maneira a ser ano de pouco vinho. Outra vez, por isso, todos ficaram na esperança de que o vinho ia dar dinheiro. Mas afinal o mesmo jogo dos organismos corporativos e dos que têm nas mãos a comercialização do vinho está a repetir-se. A desculpa, é ainda a de que os estoques estão cheios e que, por essa razão, o vinho não tem procura. O certo é que o vinho volta a não dar dinheiro que compense o que com ele gasta o lavrador, pelo menos o pequeno e o médio, agravando-se a situação, visto todos os produtos que são precisos para a sua cultura terem encarecido.

Fala-se em grandes estoques. Mas de onde foi então que apareceu tanto vinho para as casas compradoras não precisarem de comprar e para a «Casa do Douro» não dizer aos seus associados — «nós compramos o vinho ao preço de X»?

Esse aumento de vinho que aparece sem ser preciso, em prejuízo do que tanto custa a produzir com despesas e trabalho, é possível por causa do pouco critério e escrúpulo daqueles que dirigem os organismos que deviam tratar da defesa dos produtores os quais consentem nos «vinho a martelo».

Haja unidade entre os pequenos e os médios lavradores, para que os frutos e a riqueza da lavoura não vão para meia dúzia mas para os milhares de agricultores do Douro, de modo a que possam viver sem ser na miséria e ajudar milhares de operários que à sua volta vivem e trabalham.

PORQUE NÃO SE HA-DE, EM TODO O DOURO, FAZER O QUE FAZEM OS PROPRIETÁRIOS ALTO CARGO, QUE TÊM SABIDO UNIR-SE E PROTESTAR SEMPRE QUE É PRECISO DEFENDER OS SEUS INTERESSES?

PODIAMOS FAZER UM ABAIXO-ASSINADO, PROTESTANDO E EXIGINDO AS NOSSAS CONDIÇÕES, E TAMBÉM, COMBINARMOS IR EM PESSOA, JUNTOS, FAZER OS NOSSOS PROTESTOS E APRESENTAR AS NOSSAS RECLAMAÇÕES, JUNTOS, DE CERTA QUE A NOSSA VOZ TERIA, OUTRA FORÇA.

A CASA DO DOURO FICA LÁ EM BAIXO. NÃO CUSTA A LÁ CHEGAR. POIS BEM, AGRUPEMO-NOS E VAMOS LÁ DIZER DE NOSSA JUSTIÇA!

leite de vacas diferentes do mesmo agricultor, o qual é classificado todo junto. Ora, também isto é uma arbitrariedade. O resultado final é o abaixamento da classificação do leite e o respectivo prejuízo para o agricultor.

Todavia, os processos de roubar não param por aqui. Os Grémios e os industriais, não satisfeitos com os benefícios conseguidos através das misturas e das classificações que ninguém pode ver, vão ao ponto de, violando a lei que os seus próprios compadres do Governo ditaram, pagarem o leite a \$30 e até a \$20 o litro, isto é, abaixo, bastante, da tabela mínima.

O SUJO PAPEL DOS GRÉMIOS

E que fazem os Grémios? Bem, os Grémios fazem o seguinte: anteriormente, embora tendo conhecimento de todas as arbitrariedades e fraudes praticadas pelos industriais, nada faziam, ainda que se digam, e sejam por obrigação estatutária, defensores dos lavradores; agora, invocando essa qualidade, e baseados na lei fascista, querem ter o exclusivo da recolha do leite, pretendendo retirar totalmente essa função às cooperativas, a quem havia sido entregue em vez de aos industriais, o que tem ocasionado acesa disputa entre estas e a Federação dos Grémios.

Será, enfim, que os Grémios tiveram um rebate de consciência e vão pôr cobro à injusta situação existente, levando ao produtor uma melhor compensação do seu labor? Nada disso! O que pretendem é ficar com o terreno completamente livre para melhor defraudarem o agricultor e arrecadar a taxa de recolha do leite, com que certamente irão untar os tachos dos que comem à sua mesa e à custa de quem trabalha. E está à vista: — todos os roubos e injustiças de que falámos acima, continuam a ser praticados pelos Grémios. E com esta particularidade — a de que se apresentam como os legítimos e honestos representantes dos lavradores, pelo que não têm estes de cuidar de se defender da injusta desvalorização do leite, pois que para a sua defesa lá estão já eles!

O que apontamos, é uma parcela da realidade, mas mesmo assim razão de sobra para a indignação que lavra entre todos os produtores de leite.

A MECANIZAÇÃO FASCISTA (cont. da pág. 2)

Porque, mecanizar, não é atirar com máquinas para o campo, não é pôr um tractor onde faz falta uma gaardadeira, não é pôr uma ceifeira onde faz falta um matorcivillador, não é pôr máquinas grandes onde mesmo as pequenas têm dificuldade de actuar. E isto foi o que se passou em 1965. Não houve estudo, não houve plano; as máquinas foram pura e simplesmente atiradas para o campo. E certo que, como o Governo confessou, o que se pretendia com tal medida não era impulsionar o aumento da rentabilidade da produção, não era servir os pequenos e os médios lavradores. O que o fascismo pretendeu foi ajudar os latifundiários a resolver um problema de folta de mão-de-obra e de falta de salários, em prejuízo dos trabalhadores do campo. E isso conseguiu-o em grande parte.

Esta foi a mecanização fascista. Mas outra é a mecanização que interessa aos pequenos e médios camponeses e é pela qual devem lutar — uma mecanização integrada num plano de conjunto com vista a conseguir maior produção e maior rentabilidade, única forma de resolverem os seus problemas sem prejuízo das outras classes e camadas trabalhadores do nosso povo. Para isso, é necessário que se unam e se organizem. Que se unam e se organizem de forma independente, fora dos peitos fascistas, fora dos organismos corporativos e lutando contra uns e outros como instrumentos que são ao serviço dos monopólios e dos latifundiários à custa da exploração de todas as camadas laboriosas do nosso povo.

CAMPONESES, ASSOCIAI-VOS DAS MAIS VARIADAS FORMAS! UNIDOS, SOIS MAIS FORTES! ORGANIZADOS, DEFENDEIS MELHOR OS Vossos INTERESSES COMUNS!

Como sair desta situação? Como solucionar o problema? Quem o poderá fazer? Na actual situação, só os próprios produtores. Quem pode esperar-lo dos Grémios? E dos industriais?! Seria mais fácil uma porca chocar ovos do que um tachista dos Grémios largar o tacho ou deixá-lo mingar e os industriais reduzirem de moto próprio os seus lucros.

Temos notícias de que, em certas zonas, alguns produtores têm protestado, quer nos postos de recepção quer nas sedes dos Grémios da Lavoura contra esta intolerável situação. Sabemos ainda de casos em que o produtor, ao entregar o leite, tem exigido em frasco selado uma amostra do leite que entregou, o que, embora muito do desagrado dos tais que se dizem defensores dos lavradores, constitui um direito atribuído pela lei.

FORMAS POSSÍVEIS DUMA LUTA URGENTE

Estas são formas de luta utilizáveis pelos produtores: — protestos e exigências de amostras seladas. O que se deve reconhecer é que elas não devem reduzir-se à iniciativa deste ou daquele. Os produtores devem combinar-se e fazê-lo em grupo, desde os pequenos aos grandes grupos, quer exigindo as amostras, quer protestando nos postos e na própria sede dos Grémios, assentando num dia para isso, a exigindo medidas que remedeiem a situação, particularmente a possibilidade de os produtores ou pessoas por si escolhidas observarem as classificações do leite.

Ao mesmo tempo, devem unir-se e fazer eleger para as direcções das cooperativas leiteiras existentes lavradores honestos, verdadeiros defensores dos interesses da classe, e criar cooperativas onde elas não existam, mas providenciando para que estas não caiam nas mãos de indivíduos menos escrupulosos que se deixem manobrar pelo governo ou pelos industriais.

A indignação existe e a vontade de fazer alguma coisa também. É preciso é que os mais conscientes e empreendedores tomem a iniciativa. A razão está do lado dos produtores. E também a força, se souberem unir-se e agir com decisão e firmeza.

Balata!

(cont. da pág. 1)

Vejamos alguns casos concretos: logo em Setembro, os lavradores de Oliveira do Bairro queixavam-se de que as compras eram frequentemente interrompidas porque a Junta não fornecia ao Grémio o dinheiro suficiente; em fins de Dezembro, o Grémio de Celorico do Baixo suspendeu os compras porque tinha 200 vagões de balata a apodrecer em instalações improprias e impróprias; os produtores de Penafiel continuavam em meados de Janeiro com toda a produção por vender porque o Grémio ainda não tinha recebido o quilto; e mesmo acontecendo no concelho de Medes, no concelho de Beizão, a maior preço de venda até fins de Janeiro foi, em raros casos, de 1930, menos do que o produtor gastou com o seu cultivo. Em virtude desta situação, há na província de Trás-os-Montes, muitos regíes em que, presentemente, os lavradores se vêem forçados a dar a balata a troco de \$60 e mesmo de \$40 por quilto, metade e um terço do custo de produção!

Mas não para aqui a acção da Junta em «defesa» do produtor da balata. Em Janeiro, os senhores da Junta enviaram instruções aos Grémios da Lavoura para só adquirirem balata «que esteja em condições de ser aproveitada até meados do ano 1970». Os produtores estão numa situação aflitiva. Só podem sair dela pela sua acção. E podem conseguí-lo juntando-se e concentrando-se em grupos, em massa mesmo, os portos dos Grémios da Lavoura, exigindo com decisão e firmeza que estes cumpram as promessas da Junta. E É PRECISO NÃO ARREDAR PE ENQUANTO NÃO O CONSEGUÍREM.